

A TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A MIGRAÇÃO NO MATO GROSSO: análise a partir do caso da região de Alto Teles Pires

THE TRANSFORMATION OF AGRICULTURAL PRODUCTION AND MIGRATION IN MATO GROSSO: analysis of the Alto Teles Pires case

Carla Craice da Silva

Cientista social e doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), BA.
carlacs@unilab.edu.br

Resumo

A partir dos anos 2000, a difusão do formato da produção agropecuária associada às empresas transnacionais se territorializou em áreas específicas do Centro-Oeste, constituindo manchas de concentração de produção agropecuária. Neste processo, regiões específicas dentro do Mato Grosso foram privilegiadas, sendo que a ação do Estado foi primordial no processo de concentração da produção, como a microrregião de Alto Teles Pires. Este trabalho tem como objetivo investigar a face demográfica do processo de territorialização do capital do agronegócio, com foco na urbanização e na dinâmica migratória. Foram utilizados dados dos Censos Demográficos entre 1970 e 2010 além de levantamento bibliográfico. Como resultado, nota-se que a verticalização da produção no campo, ou seja, a estratégia de integrar as diversas etapas da cadeia produtiva em uma mesma localidade apresentou a migração como uma de suas faces demográficas. O processamento de suínos e aves na agroindústria, integrado à expressiva produção de commodities, gerou intensos fluxos migratórios, seja associado à linha de produção da fábrica, seja pelos serviços gerais ou especializados.

Palavras-chave: Migração. Agronegócio. Mato Grosso.

Abstract

From the 2000s, the agricultural production associated with trading companies expanded to specific areas of the Central-West region, creating agricultural hubs. In this process, specific regions within Mato Grosso state were privileged, and the State government had a main role in the concentration of production, such as in the Alto Teles Pires microregion. This paper aims to investigate the demographic aspect of the process of territorialization of agribusiness capital, focusing on urbanization and migratory dynamics. Data from the Demographic Census between 1980 and 2010 were used, as well as bibliographic research. As a result, we noticed that integrating various stages of the production chain in the same location had as one of its demographic faces the migration. The pig and poultry farming in agribusiness and the expressive production of commodities generated intense migratory flows, either associated with the factory's production line, either by general or specialized services.

Keywords: Migration. Agribusiness. Mato Grosso.

Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980, os discursos sobre as políticas voltadas para a ocupação da Amazônia, o que incluía uma parte do estado do Mato Grosso, tratavam a região como um “vazio demográfico”, o que subentendia a necessidade de deslocamento de população de outros estados para a região (MARTINE, 1992; IANNI, 1979). Especificamente no Mato Grosso, a política de ocupação envolvia o estabelecimento da produção agrícola na área baseado em um formato específico. Entre 1970 e 1990, tais áreas recebiam projetos governamentais que promoviam a agricultura moderna; e, a partir de 2000, se estabeleceu o que tem se denominado agronegócio (FREDERICO, 2015; MAZZALI, 2000).

A transformação do setor agropecuário está relacionada ao processo mundial de divisão internacional do trabalho, no qual o Brasil, entre outros países, se inseriu enquanto fornecedor de matérias-primas agrícolas e minerais de baixo processamento (DELGADO, 1985; IANNI, 1979). No final da década de 1990, a expansão da demanda mundial de commodities, sobretudo chinesa, reforçou a política brasileira de exportação de produtos primários pautada na regulação da comercialização mundial pelas grandes empresas transnacionais (DELGADO, 2012; MAZZALI, 2000). A partir dos anos 2000, a difusão do formato da produção agropecuária associada às transnacionais se territorializou em determinadas áreas na região Centro-Oeste, acontecendo uma reestruturação da economia do agronegócio (DELGADO, 2012). Neste processo, certas regiões do Mato Grosso se mostraram privilegiadas (FREDERICO, 2015; ARACRI, 2010), tendo a construção e melhoria de rodovias, a ação do Estado e as características fundiárias, como a concentração de terra, como uma das razões centrais para compreensão da dispersão do novo formato.

O objetivo deste trabalho é investigar a face demográfica do processo de territorialização do capital do agronegócio, com foco na urbanização e na dinâmica migratória, apresentando a influência do estabelecimento da produção agropecuária na dinâmica populacional do estado do Mato Grosso. O processamento de suínos e aves na agroindústria, integrado à expressiva produção de *commodities*, tem gerado intensos fluxos migratórios, seja associado à linha de produção da fábrica, seja pelos serviços gerais ou os serviços especializados (CUNHA, 2006; 2013). A migração tem sido,

portanto, a face demográfica preponderante no processo de constituição do agronegócio mato-grossense. Para tal análise foram mobilizados dados dos Censos Demográficos entre 1970 e 2010 além de levantamento bibliográfico. A primeira parte desse artigo trata da constituição da cadeia grãos/carne no Mato Grosso, com a concentração da sua estrutura às margens das principais vias de circulação que cortam o estado, em especial Alto Teles Pires. A discussão do segundo e do terceiro tópico voltam-se para a face demográfica do desenvolvimento da produção agropecuária em rede, demonstrando a relevância do urbano para tal e, por fim, a relação entre o estabelecimento dos polos regionais de absorção dos imigrantes. O artigo se finda com algumas considerações sobre o processo discutido.

A territorialização do capital do agronegócio

O processo de consolidação de produção agropecuária no Mato Grosso no modelo que tem sido denominado como agronegócio possui bases em políticas estatais promovidas durante governo militar (IANNI, 1979), destacando as seguintes vertentes: política de povoamento, liberação de créditos e construção de infraestrutura. Neste período, o Estado conduziu o povoamento de uma área que havia sido anunciada como um “vazio demográfico” financiando projetos de colonização dirigida efetivados tanto por instituições públicas como por instituições privadas. Tais projetos promoviam a distribuição de terras fundamentalmente em grandes propriedades (MARTINE, 1992), promovendo a concentração fundiária. Assim, antes desses projetos significarem a reforma agrária, sua razão se fundamentaria em “[...] constituir reservas de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados” (IANNI, 1979, p. 62) tendo em vista que as promessas de terra e informação de terra livre atraíram um considerável contingente de migrantes espontâneo (SAWYER, 1984), entretanto garantia o acesso a terra para uma pequena parcela dos migrantes. As políticas federais também abrangeram a liberação de créditos, um dos pontos fundamentais para se compreender a modernização agrícola que teve início no país da década de 1960. A concessão do crédito subsidiado estava sujeita a submissão produtor a práticas pré-determinadas de produção, como a utilização de insumos, o maior acesso a tecnologias (como tratores) e o incentivo ao plantio de determinadas espécies, as *commodities* (DELGADO, 1985). Um último aspecto

fundamental se refere ao planejamento e a construção da malha rodoviária na Amazônia, o que permitiu a conexão entre áreas de difícil acesso aos centros consumidores e de exportação nacionais concentrados principalmente na região Sudeste neste período. No Mato Grosso, a principal rodovia era Cuiabá-Santarém (BR-163) com início da construção na década de 1980, o que viabilizou a circulação de mercadorias e informações mesmo que de forma precária (IANNI, 1979).

Assim, o processo de constituição histórica do território mato-grossense auxilia a compreender características socioeconômicas após 1990. Destacam-se: a estrutura fundiária concentrada, a constituição de elos entre o local e o global efetivados pelas cidades, a utilização de tecnologia na produção agropecuária, o desenvolvimento da malha viária e a consolidação do estado como produtor de *commodities* (DELGADO, 1985; IANNI, 1979). Estas características não são homogêneas em todo território do estado, sendo relevante vislumbrar as discrepâncias de distribuição para entender o estabelecimento dos polos regionais que serão tratados adiante.

A década de 1980 foi marcada pela redemocratização do Brasil. Restauraram-se os direitos civis e políticos como o voto e a liberdade de expressão. Porém, ao passo que direitos foram restaurados, produziu-se concomitantemente uma fragmentação institucional, que possui um componente econômico importante: a crise do Estado e a montagem de uma “legislação regulatória instituída para a tomada de recursos no exterior”. Esta legislação põe fim ao período nacional-desenvolvimentista (BRANDÃO, 2007, p.151), o que acirrou crises nas dimensões econômica, social e política.

Antes da desarticulação do Estado representar uma ausência de política, ela expressa o processo de abertura comercial e de intensificação da transnacionalização da economia. Neste processo, se desenvolveu uma política com base na *guerra de lugares* (BRANDÃO, 2007) entre estados e entre municípios, renegando a estes a disputa por investimentos principalmente os estrangeiros. A estratégia dos municípios e dos estados de atração de investimentos assumiu um tom de *marketing* local na busca de empresas, que geralmente exaltava somente uma característica do lugar ou um pequeno conjunto destas em detrimento de outras atividades potenciais. O desenvolvimento municipal passou a se subordinar aos interesses, tanto de empresas privadas como de políticos locais, dado que os programas de incentivos fiscais estaduais e municipais passaram a ser formulados com finalidade exclusiva de servir a determinado segmento econômico.

Neste contexto, a produção agropecuária tornou-se um possível modo de inserção e expansão das empresas transnacionais nacionais e estrangeiras especializadas tanto no consumo doméstico (como de laticínios e abate), como na agroindústria de exportação (como as *commodities* como óleo e farelo de soja e suco de laranja). Com grande produção de matérias-primas e o aparato técnico voltado para um número reduzido de atividades, uma parte dos municípios do Mato Grosso exaltou suas atividades produtivas primárias na guerra de lugares. Na verdade, a retomada da ênfase na produção agropecuária foi relevante em diferentes regiões do Brasil, o que significou um processo de reespecialização em *commodities* a nível nacional, reconduzindo a produção no setor primário à centralidade da economia (DELGADO, 2012).

Com a entrada das transnacionais, houve transformação na produção agropecuária não apenas pela introdução de novas técnicas, mas na própria organização da cadeia produtiva. A produção do campo passou a ser regida pelas mesmas leis de outras esferas da produção econômica. Isto envolveu: pesquisa científica com o desenvolvimento do controle rígido do ciclo biológico das plantas e animais (ELIAS, 2006); tecnologia de comunicação, que possibilitou a integração do espaço local à rede digital, aos fluxos de informações e à nova organização espacial e política estabelecida a nível global (BECKER, 2007). Para o setor agroindustrial, o modelo com base no tempo uno teve repercussões na distribuição espacial para a organização da cadeia “em rede” (MAZZALI, 2000). Os processos foram se tornando mais automatizados através da informatização da produção. Em primeiro lugar, a automatização “[...] redefiniu as relações entre os segmentos industriais e distribuidor, ao possibilitar a organização dos pedidos dos grandes supermercados aos fornecedores diretamente por computador” (MAZZALI, 2000, p. 74). Em segundo lugar, o avanço na comunicação permitiu o maior controle das etapas da produção e as empresas passaram a priorizar as relações com os fornecedores através de alianças, também denominado de sistema de *parcerias*.

Além disso, a redução da oferta de créditos estatais deu maior abertura a outras opções de financiamento e de comercialização de safra (MAZZALI, 2000). Houve uma expressiva reconcentração de capital financeiro nas empresas transnacionais, transformando-as em “bancos-não-bancos” (CANO, 1995). Sua nova forma de atuação na organização produtiva promoveu uma nova forma de relacionamento entre as empresas. O financiamento oferecido pelas transnacionais abarcam diferentes tipos de

produtos e insumos, podendo ser utilizados para a aquisição de bens de maior valor como o maquinário ou para a compra de implementos agrícolas. O pagamento ocorre através da moeda “soja” (ARACRI, 2010) empregada como lastro no momento do estabelecimento do contrato. De tal modo, as empresas garantem o controle de estoque do produto para suas plantas industriais esmagadoras ao mesmo tempo em que conseguem controlar o preço no mercado.

O papel central na produção agropecuária passou a ser exercido pelas empresas transnacionais, as quais organizavam a rede de produção e controlavam o mercado através da monopolização do financiamento e distribuição tecnológica (CANO, 1995; ARACRI, 2010). Sua atuação não se desenvolve de forma isolada, mas se integra a empresas contratadas para a realização de serviços diversos associados aos procedimentos tecnológicos que, no caso da produção agrícola, abarcam assistência, aplicação de insumos e difusão de tecnologias.

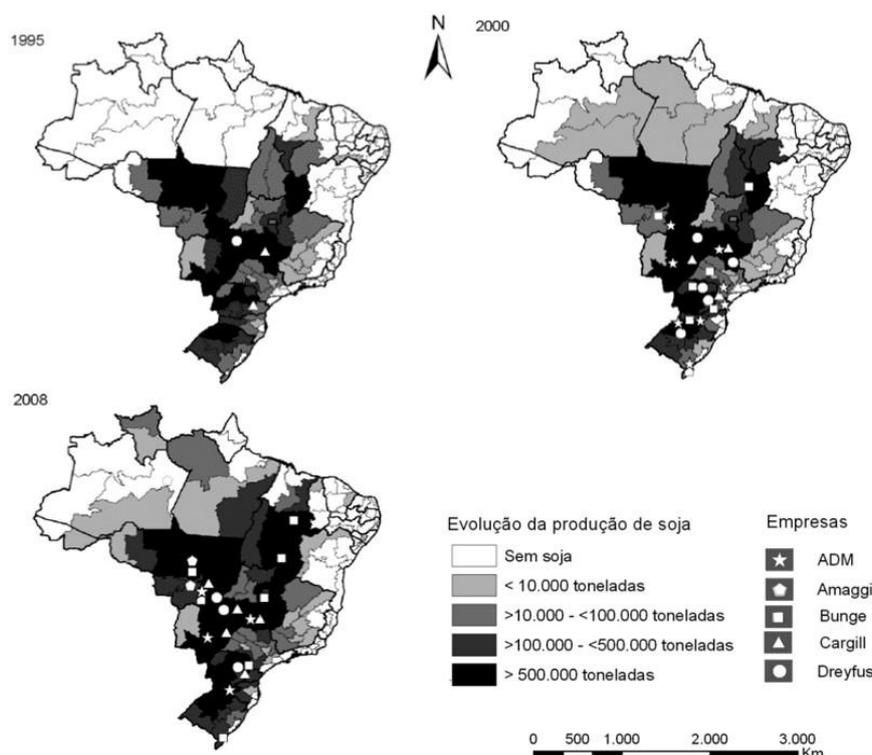
O que se constituiu no final dos anos 1990 na produção agrícola foi tido como o desenvolvimento do *agronegócio*, que se refere ao desenvolvimento do seu formato de negócio que privilegia grupos específicos dentro da produção agrícola. Para Delgado (2012) e Frederico (2015), a ideia do agronegócio não se restringe às mudanças técnicas, uma vez que estas não possuem um poder explicativo das transformações sociais do processo. Para se compreender o agronegócio no Brasil, além das cadeias agroindustriais, é necessário ter em conta o formato das propriedades e a presença do Estado.

No Mato Grosso, o momento de transição para o modelo em rede se iniciou da década de 2000 (ARACRI, 2010), com a instalação da Bunge (de origem holandesa) e da Archer Daniel Midlands (ou ADM, de origem norte-americana), como é possível visualizar nos mapas da Figura 1 desenvolvida por Heredia et al. (2010). Atualmente, outras empresas transnacionais implantaram tal modelo na região como a americana Cargill e a francesa Louis Dreyfus Commodities (ou apenas Dreyfus), constituindo junto com as anteriores o que se denomina como grupo ABCD. Somam-se às transnacionais de origem brasileira, a Amaggi e a Fiagril.

As empresas transnacionais e o modelo organizativo de produção “em rede” (MAZZALI, 2000) não adentraram de forma homogênea pelo estado. Algumas regiões foram prioritárias, aquelas que se localizavam na proximidade da rede rodoviária

estabelecida anteriormente. Entretanto, não apenas a questão logística se mostrou um fator preponderante. Becker (2007) indica outros elementos relevantes na expansão da soja, como a integração política local, que influenciou no chamado marketing das cidades (BRANDÃO, 2007).

Figura 1: Presença das empresas transnacionais - Brasil, 1995 a 2008



Fonte: HEREDIA et al., 2010, p. 165.

Os mapas da Figura 1 indicam a expansão das empresas transnacionais a partir de 1990 no país todo. Em 2000, elas passam a se instalar no Sul do Mato Grosso na região de Rondonópolis, município historicamente constituído como um entreposto da região em função de sua localização, próxima da BR-364 construída nos anos 1960 (GUIMARÃES e LEME, 2002). A partir 2004, as empresas começam a expandir em direção às BR-163 e BR-364, porém é apenas em 2008 que sua rede atinge a região do Médio Norte Mato-Grossense, onde se localiza Alto Teles Pires.

Estabeleceu-se na região, um modelo de produção pautado em técnicas e desenvolvimento científico com baixo emprego de mão-de-obra, com produção de monoculturas com propriedades de grandes extensões, dependente fundamentalmente do mercado internacional. Constitui-se uma empresa rural, o que é muito além de apenas uma propriedade rural, com forte dependência dos atores para “além da porteira”

(ARRUDA, 2007), ou seja, o que acontece fora da propriedade se tornou mais relevante do que a produção em si.

Outra face do estabelecimento da produção de grãos foi a aproximação da cadeia grãos/carne no Mato Grosso com a instalação da agroindústria alimentícia. Para Mazzali (2000), foi durante o processo de reestruturação agroindustrial, com início nos finais de 1970 se estendendo até os anos 90, que se realizou de fato o entrelaçamento das cadeias da soja, óleos e carne. O deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste na década de 1970 culminou no processo de agroindustrialização da região a partir dos anos de 1980.

A Sadia, ainda na década de 1970, implantou empresas especializadas na área de genética animal em Cáceres ao Sudoeste do estado e em Várzea Grande (MT), localizada no entorno da capital Cuiabá. A empresa também adquiriu um frigorífico neste último município. Porém, foi a partir de 1985 que as empresas líderes na indústria alimentícia, Sadia e Perdigão, passaram a investir substancialmente em Mato Grosso (ESPÍNDOLA, 2014), com foco nos eixos de circulação e, particularmente, nas margens da BR-163. Para Mazzali (2000), as empresas Sadia e Perdigão, juntamente com a Cevai, se configuram como empresas líderes na cadeia soja/óleos/carne, ou seja, aquelas que concentram grande parte deste mercado. Em 2011, houve a fusão das duas primeiras empresas gerando a Brasil Food (BRF), a qual “passou a concentrar 53% da produção de industrializados de carnes no Brasil, 62,2% de congelados de carnes, 60,5% de massas, 52,9% de pizzas, 56% de margarinas e 11% de lácteos” (ESPÍNDOLA, 2014, p. 1876).

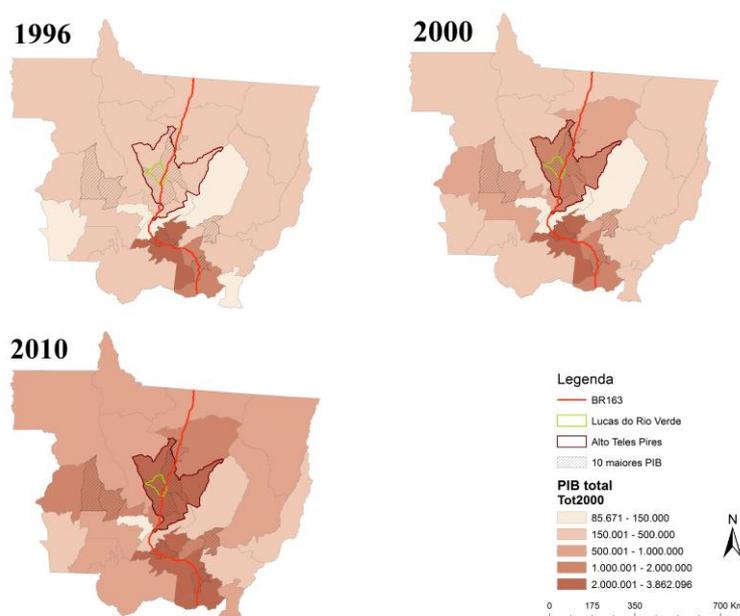
Por um lado, as empresas de processamento de carne se beneficiavam da proximidade e da grande oferta da matéria-prima – a soja e o milho – para produzir ração a baixo custo. Por outro lado, a vinda dessas empresas foi impulsionada por vantagens concedidas pelos governos locais, como terrenos oferecidos para suas instalações, infraestrutura urbana e isenção de impostos por determinado período (BERNARDES, 2010).

Os incentivos não vieram estritamente do governo local, como também do estadual e federal como através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A consolidação da reespecialização em *commodities* se desenvolveu também através de financiamento do Estado. Durante as décadas de 1990 e 2000, Mato Grosso foi

beneficiado por incentivos para a consolidação do agronegócio da região, contudo não de maneira homogênea. Dentre os financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, 36,0% em 1999 e 41,5% no ano de 2002 se concentraram em Alto Teles Pires dentro o montante repassado ao estado do Matogrosso (ARANTES, 2012).

A entrada da cadeia carne/grãos no Centro-Oeste se deu a partir de bases tecnológicas e modelos de procedimento de criação mais desenvolvidos que aqueles do modelo tradicional do Sul e Sudeste do país (BERNARDES, 2010; MAZZALI, 2000; ESPÍNDOLA, 2014). Um dos pontos centrais foi a concentração da criação de aves e suínos em um número reduzido de produtores, o que viabilizou o maior controle das condições de produção por parte da empresa.

Figura 2: Mapas com o valor do Produto Interno Bruto (PIB) municipal - Mato Grosso, 1996 a 2010



Fonte: 1996 – IpeaData; 2000 e 2010 – IBGE.
Elaboração própria.

O Mato Grosso se constituiu como um “mosaico de riquezas”¹ para a grande indústria alimentícia. A cadeia de produção de grãos/carne se beneficia do grande estoque de grãos, da alta concentração de propriedades e do alto capital de investimentos, e da disponibilidade do sistema de parceria para a produção do rebanho.

¹ “Mato Grosso: Mosaico de Riquezas” é título de uma reportagem da Revista BRF Online que indica a região como uma das mais promissoras e de grande investimento da empresa. Disponível em: <<http://revistabrf.com.br/mato-grosso-mosaico-de-riquezas/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

Não à toa, o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Alto Teles Pires cresceu rapidamente após 1996, se configurando entre os maiores do estado do Mato Grosso conforme é possível visualizar pelos mapas da Figura 2.

São nestes municípios com os maiores PIB onde se concentram a intensa produção agropecuária e a instalação das agroindústrias de processamento de grãos e carnes, seguida da microrregião do Parecis, ao Oeste do estado, que também possui relevante produção agropecuária. Desta forma, este momento é compreendido como expansão e definição da área de fronteira, uma vez que novos atores se somam ao processo de ocupação de Mato Grosso reorganizando sua estrutura econômica (BECKER, 2009). Como se estabeleceu a configuração das cidades neste contexto? Após o estabelecimento dos núcleos urbanos no momento da expansão da fronteira, os espaços urbanos fortaleceram seu posicionamento de regulação da produção agropecuária e agroindustrial como será tratado no próximo tópico.

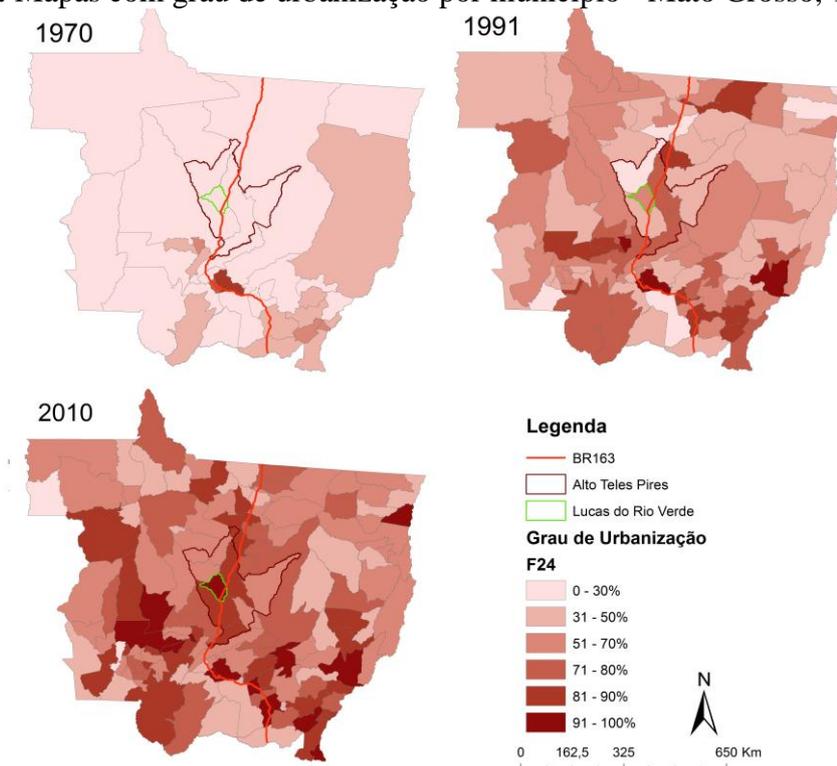
O processo de urbanização

O processo de ocupação territorial no Mato Grosso caracterizou-se pelo rápido processo de urbanização, com o salto de uma população predominantemente rural em 1970 (cerca de 40% de grau de urbanização) para urbana em 1980 (por volta de 58% de grau de urbanização). Na verdade, o urbano se desenvolveu como *locus* privilegiado para a acumulação e circulação de capital e organizador do mercado de trabalho e ideológico do planejamento político, passando a carregar intrinsecamente um fator de mudança (BECKER, 1985). A partir de 1990, a expansão agropecuária bem como o estabelecimento de relação com o mercado mundial dependeu de atores locais ou regionais (BECKER, 2009), e não somente de políticas federais. Tal aspecto está relacionado à crise da década de 1980 que engendrou o processo de promoção das cidades através de marketing no âmbito nacional (BRANDÃO, 2007).

Contudo, a urbanização não foi um processo homogêneo em todo o território mato-grossense. Conforme se pode verificar nos mapas apresentados na Figura 3, em 1970 havia a predominância de municípios com maior população em áreas rurais. Já em 1991, verifica-se que este quadro se alterou com aumento de população em áreas urbanas, principalmente no entorno da principal via de circulação do estado, a BR-163

que corta Mato Grosso e chega até o Rio Grande do Sul, exercendo um importante papel de ligação do Centro-Oeste com as regiões Sul e Sudeste. A expansão para o interior do território foi potencializada pela melhoria do sistema de transporte e telecomunicações, o que possibilitou a maior circulação de bens e informações, particularmente dos bens e serviços do setor agropecuário.

Figura 3: Mapas com grau de urbanização por município - Mato Grosso, 1970 a 2010



Fonte: IBGE. Malhas Digitais Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Assim, a relação entre a urbanização e o estabelecimento de vias de circulação de mercadorias e de pessoas se tornou relevante para compreender o processo de urbanização de Mato Grosso em áreas fora da região metropolitana da capital Cuiabá. Apesar da população de todos os municípios do estado se concentrar predominantemente nas áreas urbanas cidades, são nos eixos de maior circulação onde esta realidade é mais acentuada, concentrando em seu entorno municípios com taxas de urbanização maiores que 80%, como é o caso dos municípios na microrregião de Alto Teles Pires.

A microrregião de Alto Teles Pires teve influência na expansão é a BR-163 com construção na década de 1980. Neste período, alguns municípios da região já apresentavam grau de urbanização acima de 70%. A Fiagril, empresa sediada em Lucas

do Rio Verde, iniciou suas atividades em 1989 comercializando fertilizantes, sementes, defensivos agrícolas e oferecendo assistência técnica aos produtores. Sua estratégia de negócio se aproxima da estratégia do Grupo Maggi, também fundada no Mato Grosso (SILVA, 2003), oferecendo créditos aos produtores, coordenação logística, principalmente no que tange à comercialização de grãos, e assistência técnica (PASTRE, 2016). Com essa estratégia, a Fiagril se fortaleceu enquanto parceiro estratégico de outras transnacionais nos anos 1990, intermediando o financiamento entre as empresas transnacionais e os produtores. Nos anos 2000, a empresa ampliou suas atividades na região, instalando uma unidade armazenadora em Sorriso e outra em Sinop, além de consolidar um acordo logístico para escoamento da produção agropecuária na região (PASTRE, 2016). Concomitante à expansão da Fiagril, a partir de 2000, as empresas transnacionais avançaram pela BR-163 atingindo diversos municípios localizados em Alto Teles Pires e passaram a realizar a comercialização de grãos diretamente com os produtores.

Tem-se, assim, uma relação que pode aparentar improvável à primeira vista: a economia desses municípios se centralizava na produção no campo, enquanto a população se concentrava nas cidades. O que se desenvolveu nesses espaços foi um modelo do tipo negócio para a produção no campo que possui suas bases de gerenciamento centralizado na cidade. Os trabalhadores envolvidos na produção nem sequer precisam estar no campo, pois podem gerenciar os processos de produção à distância. Já aqueles que tratam diretamente no trato da terra passaram a atuar a partir de uma empresa de serviços, trabalhando em várias fazendas a partir de uma única empresa, ou gerenciam a produção, realizando visitas periódicas. O que demonstra que “[...] cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o rural são difusas e de difícil identificação” (MONTE-MÓR, 2006, p.1). Os espaços historicamente contraditórios, a cidade e o campo, compõe aquilo que Monte-Mór (2006) denominou *urbanização extensiva* (MONTE-MÓR, 2006, p.15) no Brasil contemporâneo.

As áreas urbanas assumem uma nova função no processo de reestruturação produtiva, centralizando o comércio e os serviços especializados no ramo agropecuário ou os serviços voltados ao consumo consumptivo (ELIAS, 2011). As cidades serviriam como nós de distribuição e apoio à “fabricação” do produto (soja, milho, algodão) conforme se difunde a organização em rede, suprindo as principais demandas “[...] seja

de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc.” (ELIAS e PEQUENO, 2007, p. 26).

A constituição de polos regionais de absorção de migrantes

Para se compreender a constituição dos polos de absorção de migrantes após 2000 é fundamental observar as migrações em um período anterior, desde o processo de modernização em 1970 (DELGADO, 1985). Entre 1970 e 1980, os fluxos migratórios no Brasil foram fundamentalmente do tipo inter-regional, ou seja, entre as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul). De um lado, forças centrípetas atraíram migrantes para área industrial do Sudeste, principalmente a região de São Paulo (MARTINE e CAMARGO, 1984). De outro lado, forças centrífugas estimulavam a ocupação de migrantes nas fronteiras agrícolas (MARTINE e CAMARGO, 1984), como era o caso do estado do Mato Grosso.

O estado do Mato Grosso passou por um intenso crescimento populacional desde a década de 1970 até 1980, inclusive acima da média nacional e da região, conforme apresentado na Tabela 1. A taxa de crescimento anual da população do Mato Grosso entre 1970 e 1980 e 1980 e 1991 foi de 6,6 e 5,4, acima das taxas de crescimento da região Centro-Oeste, de 4,1% e 2,0% respectivamente. Após os anos 2000, o crescimento demográfico apresentou a mesma intensidade da região Centro-Oeste, enquanto a microrregião de Alto Teles Pires presenciou um intenso crescimento da sua população.

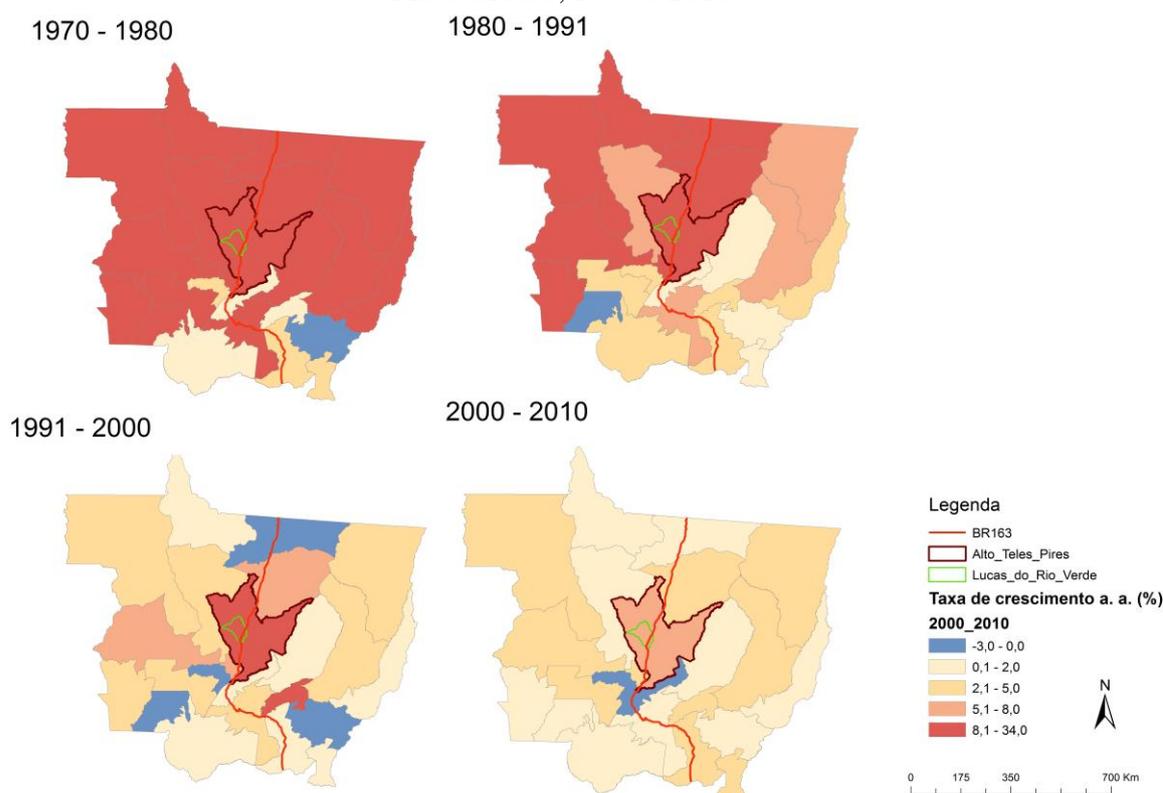
Tabela 1: População total e taxa de crescimento populacional (% ao ano) - Brasil, Centro-Oeste, Mato Grosso e Alto Teles Pires - 1970 a 2010

	População					Taxa de Crescimento (% a. a)			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799	2,5	1,9	1,6	1,2
Centro-Oeste	5.072.530	7.545.769	9.427.601	11.638.658	14.058.094	4,1	2,0	2,4	1,9
Mato Grosso	598.879	1.138.918	2.027.231	2.505.245	3.035.122	6,6	5,4	2,4	1,9
Alto Teles Pires	-	-	50.839	101.937	191.228	-	-	8,0	6,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Contudo, nem todas as áreas do estado cresceram de forma equitativa. Os mapas na Figura 4 apresentam as taxas de crescimento demográfico por microrregião do Mato Grosso desde a década de 1970 até 2010. Para a construção dos mapas, foram calculadas as taxas de crescimento geométricas ao ano das microrregiões do Mato Grosso a partir dos dados populacionais dos Censos Demográficos de 1970 a 2010. Primeiramente, entre 1970 e 1991 é possível analisar a dinâmica migratória do estado a partir de duas áreas distintas: o Norte com altas taxas de incremento populacional e o Sul com baixo crescimento com exceção das microrregiões e seus centros urbanos. A partir de 1990, a região central se destacou em termos de crescimento populacional.

Figura 4: Mapas com taxa de crescimento populacional ao ano (em %) - Microrregiões Mato Grosso, 1970 a 2010



Fonte: Dados estatísticos - IBGE. Censo Demográfico 1980 a 2010; Malha digital - IBGE. Censo Demográfico, 2010. Elaboração própria.

Entre os anos 1970 e 1990, o Norte do estado apresentou um forte crescimento demográfico, atingindo a taxa de 34% de crescimento ao ano entre 1970 e 1980. Tal crescimento se explica devido à política de ocupação engendrada no período com o estabelecimento de assentamentos públicos e, sobretudo, de assentamentos privados e do ímpeto da atividade garimpeira. Também é necessário atentar para o pequeno

volume populacional estabelecido na região reflete nas altas taxas de crescimento no início do período analisado.

As populações das microrregiões ao Sul do estado também tiveram um relevante crescimento, contudo não com a mesma intensidade quando comparada às microrregiões do Norte. A área ao Sul do estado há estava inserida nas políticas de incorporação do território antes da década de 1970 com áreas mais consolidadas em termos populacionais (CUNHA, 2006). Apesar disso, o período é marcado pelo forte crescimento das aglomerações urbanas dos grandes municípios, como Cuiabá e Rondonópolis.

A partir de 1991, a taxa de crescimento da microrregião de Alto Teles Pires no centro do estado apresentou intenso crescimento, enquanto as demais microrregiões apresentaram crescimento mais atenuado conforme pode ser observado na Tabela 1. Enquanto a taxa de crescimento demográfica para o Mato Grosso entre 1991 e 2000 foi de 2,4% ao ano, a população de Alto Teles Pires cresceu ao ritmo de 8% ao ano no mesmo período. Na década seguinte, a microrregião seguiu a tendência de crescimento elevado, acima da média do estado. Enquanto o crescimento demográfico de Mato Grosso não ultrapassou 2% ao ano, o crescimento de Alto Teles Pires atingiu 6,5%. A microrregião do Alto Teles Pires, se tornou primordial no processo de estabelecimento do agronegócio na região Centro-Oeste devido à produção principalmente da soja, do milho e do algodão. Essa é uma das principais razões que explicam o intenso crescimento populacional (CUNHA, 2013), com destaque para os municípios de Sorriso e Lucas do Rio Verde.

Desta forma, após a década de 1990, o Mato Grosso se consolidou como um estado de retenção migratória, mesma característica de outros estados com economia voltada à produção de recursos primários (*commodities* e mineral) (BAENINGER, 2012). Porém, diferentemente das migrações na década de 1970 a 1980, a presença do fluxo de imigrantes inter-regionais diminuiu e aumentou o volume intrarregional de imigrantes no estado, Mato Grosso se conformou assim como uma importante região de retenção migratória regional (CUNHA, 2006).

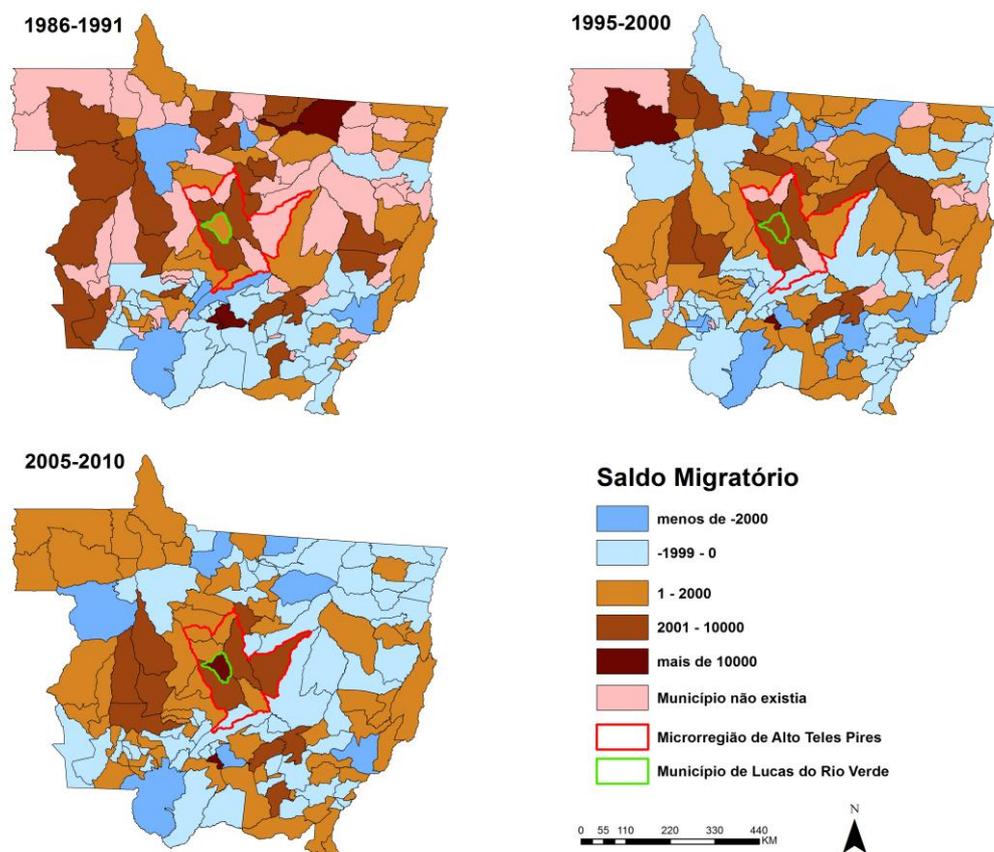
Além da dinâmica populacional da área central, é possível caracterizar outras duas regiões do Mato Grosso no período após 1991: o Norte do estado, que sofreu uma queda no crescimento e até perda populacional devido à decadência das atividades

garimpeiras; e a região ao Sul do estado, cujo crescimento não foi tão intenso como a região central devido às atividades industriais e de serviços já desenvolvidas ali (CUNHA, 2006). Portanto, após 1991, o estado Mato Grosso se dividiu em três áreas pela perspectiva populacional: o Sul com crescimento moderado concentrado nas grandes cidades, o “Nortão” com baixo crescimento e o Centro-Norte responsável pelo alto incremento populacional.

É possível compreender o forte crescimento demográfico da região de Alto Teles Pires, inclusive um crescimento acima da média do estado de Mato Grosso, quando se observa o número de imigrantes que se estabeleceu na região. Nos mapas da Figura 5, verifica-se que os municípios que compõe Alto Teles Pires apresentaram um saldo migratório² positivo entre 1991 e 2010, enquanto alguns municípios, principalmente ao Sul do estado, tiveram um maior número de saída de migrante que de entrada, resultando no saldo negativo representado com a coloração azul nos mapas da Figura 5.

Os fluxos imigratórios tiveram origem principalmente dos municípios do próprio Mato Grosso. Porém, eles representavam uma menor proporção quando comparados aos imigrantes de mesma origem no estado como um todo (69% para Mato Grosso e 62% para Alto Teles Pires) (SILVA, 2017). Isso significa que os imigrantes vindos de outro estado possuíam uma grande importância para a dinâmica populacional de Alto Teles Pires. Neste sentido, a região de Alto Teles Pires constituiu-se como um espaço central para a dinâmica migratória do Mato Grosso, pois atraiu concomitantemente imigrantes do próprio estado e dos outros estados do Centro-Oeste (intrarregional) (BAENINGER, 2008; SILVA, 2017) e atraiu imigrantes de outras regiões brasileiras. Silva e Vazquez (2019) apontam que a vinda destes imigrantes teve relação com a produção agropecuária entre 1990 e 2000, contudo, após esse período, outras atividades produtivas indiretamente associadas à cadeia carne-grãos são mais relevantes.

² O Saldo Migratório foi calculado a partir da diferença entre o número de entradas e saídas de migrantes para os municípios de Mato Grosso num dado período de tempo. Para isso, foi utilizado o quesito datafixa do Censo Demográfico, o que resulta no saldo migratório quinquenal e possibilita compreender as tendências migratórias.

Figura 5: Mapas com o Saldo migratório municipal - Mato Grosso, 1991 a 2010

Fonte: Dados estatísticos - IBGE. Censo Demográfico 1991 a 2010. Malha digital - IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Elaboração Carla Craice e Luiz Farias.

Como aponta Baeninger (2008), essa tendência existia desde a década de 1990, com o estabelecimento dos polos regionais de absorção migratória. O processo de territorialização do capital do agronegócio com o padrão de modernização “em manchas” (ARACRI, 2010; ARRUDA, 2007) promoveu os municípios da microrregião Alto Teles Pires como área de absorção a nível regional (CUNHA, 2013). A modernização “em manchas” significa que “[...] a difusão das inovações se dá de forma intensamente verticalizada em lugares rigorosamente selecionados pelos agentes propagadores” (ARACRI, 2010, p. 62). Com destaque para as empresas transnacionais de exportação de *commodities* e para as empresas relacionadas à agroindustrialização em lugares com herança de ondas de modernização anteriores como o estado do Mato Grosso.

Considerações finais

No Mato Grosso, alguns processos associados à transformação da produção do campo são fundamentais para compreender a dinâmica populacional. Primeiro, o processo de modernização da produção agrícola que aconteceu intrinsecamente à expansão da fronteira engendrada pelo governo militar nos anos de 1980. Apesar da tecnologia associada à modernização, o trabalho braçal no campo permanecia relevante para a produção agropecuária naquele momento. Um segundo processo se tornou relevante para compreender as mudanças na dinâmica populacional associada à produção agropecuária, a reestruturação produtiva. No Mato Grosso, as empresas transnacionais passaram incorporar diferentes dimensões da estrutura produtiva – no campo e nas cidades – a partir de 2000. Tal qual a estrutura produtiva se modificou, também se transformaram características da dinâmica migratória para o estado. Se no processo de ocupação da década de 1980 os fluxos migratórios se destinavam à apropriação capitalista da terra, durante a reestruturação da produção agropecuária a migração passou a se centralizar nas cidades, enfatizando o caráter urbano da produção e da migração.

A constituição de áreas de absorção de imigrantes se deu de forma heterogênea no território mato-grossense, tendo o desenvolvimento do agronegócio “em manchas” como preponderante para compreender a dispersão/concentração de tais áreas. Portanto, é fundamental ter em conta a mudança nas relações entre campo e cidade para entender a dinâmica populacional do Mato Grosso. Os fluxos migratórios não se destinam prioritariamente às metrópoles nem somente às cidades médias, tendo grande importância cidades pequenas voltadas ao agronegócio. Deste modo, o agronegócio altera não só a paisagem do rural pela produção agrícola, como também as cidades e quem nelas vivem, conduzindo os fluxos migratórios para sustentar sua produção.

REFERÊNCIAS

ARACRI, L. A. S. **Sistemas de produção agrícola e meio técnico-científico-informacional: a difusão da agricultura de precisão e a modernização do espaço agrário em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Ciências/Geografia) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/749035.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

ARANTES, A. **Afirmações e Contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso - região Norte do estado de Mato Grosso.**

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – UNISC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/406/1/AlmirArantes.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

ARRUDA, Z. A. **Onde esta o agro deste negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio.** Tese (Doutorado em Ciências).

UNICAMP, Campinas, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287525>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI, XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, Caxambu, 2008.

_____. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2012.

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. **R. Bras. Geogr.**, n. 47 (3/4), dez. 1985.

_____. Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: COSTA, W. M.; BECKER, B. K.; ALVES, D. S. (Orgs.). **Dimensões Humanas da Biosfera-atmosfera na Amazônia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERNARDES, J. A. Cadeia carne/grãos: novas fronteiras do capital no cerrado da BR-163 mato-grossense - Brasil. La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Buenos Aires, maio 2010. Disponível em: http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo_bkp/geocritica2010/445.htm >. Acesso em: 07 set. 2017.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

CANO, W. Algumas implicações espaciais da terceira revolução industrial no Brasil. In: GONÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso do Mato Grosso. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, vol. 23, n. 1, p. 88–107, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a06>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. La Amazonia Legal y el Cerrado en el contexto de la migración interna en el Brasil en el período 1995-2010. **Notas de Población**, n. 96, año XL, p. 117–203, 2013.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone e Unicamp, 1985.

_____. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. X, n. 218(3), 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2108765>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

_____. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, 2011.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, maio 2007.

ESPÍNDOLA, C. J. A internacionalização do agronegócio brasileiro de carnes: a trajetória da Brasil Foods. **VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Anais...** São Paulo, 2014.

FREDERICO, S. Economia Política do Território e as Forças de Dispersão e Concentração no Agronegócio Brasileiro. **GEOgraphia**, Ano. 17, n. 35, 2015.

GUIMARÃES, E. N. C.; LEME, H. J. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In: **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 25, n. 74, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2014.

IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

MARTINE, G. Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral. Documento de Trabalho n. 12. Brasília: Instituto SPN, 1992.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Rev. Bras. Estud. Popul**, v. 1, n. 1/2, 1984.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, n. 111, p. 09–18, 2006.

PASTRE, R. **Reprimarização do desenvolvimento: o papel das principais agroindústrias brasileiras de soja no Centro-Oeste (1994-2014)**. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000969246&fd=y>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SAWYER, D. Fluxo e Refluxo da Fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 1, n. 1/2, p. 3–34, 1984. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/3>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SILVA, C. A. Grupo André Maggi. Corporação e rede em áreas de fronteira. **Entrelinhas**, Cuiabá, 2003.

SILVA, C. C. **Trajetórias residenciais em Lucas do Rio Verde (MT): entre a produção vertical do campo e a ocupação horizontal da cidade**. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322770>. Acesso em: 1 set. 2018.

SILVA, C. C.; VAZQUEZ, F. F. Migração e reestruturação do mercado de trabalho: o caso da BR-163 no estado do Mato Grosso. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 20, n. 2, Junho 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000200585. Acesso em 28 Mai. 2020.

Recebido em 19/11/2019. Aceito para publicação em 28/07/2020.
--